

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA  
**PARECER JURÍDICO Nº 170/2024**

**PROTOCOLO Nº SAP 1000000082**

**ASSUNTO:** FASE EXTERNA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DO CPRE

**INTERESSADOS:** APPA/DMA

Sr. Presidente,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de solicitação de contratação de empresa especializada para gerenciamento do Centro de Prontidão e Resposta a Emergência (CPRE)<sup>1</sup> nos portos organizados de Paranaguá e Antonina, em cumprimento ao Programa de Gerenciamento de Riscos, Plano de Ação/Controle de emergência (PAE/PCE) e ao Planos de Emergência Individual (PEI) Unificado, da Portos do Paraná, além dos requisitos legais aplicáveis.

2. Após manifestação da DJU por meio do Parecer Jurídico 211/2024 quanto ao atendimento das normas legais para prosseguimento do feito, sucederam-se os seguintes eventos, em síntese:

<b>Etapas</b>
Autorização da contratação pelo CONSAD
Edital de Licitação e publicação no DIOE
Análise de Propostas e Habilitação

<sup>1</sup> O Centro de Prontidão e Resposta a Emergência (CPRE) refere-se ao atual Centro de Proteção Ambiental (CPA)  
Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA JURÍDICA

Manifestação da CPLC
Declaração de vencedor
Prazo recursal
Recurso
Julgamento do recurso pela CPLC

3. Compulsando as peças que instruem o presente protocolo, verifica-se que todos os ritos editalícios foram cumpridos e que houve interposição de recurso pela empresa **OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.** e apresentação de contrarrazões ao recurso pela vencedora do certame, empresa **ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A.**

4. A CPLC negou provimento ao recurso e remeteu o protocolo à DJU.

5. É, em síntese, o relatório.

### **II - DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA**

6. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

7. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA JURÍDICA

justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

8. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

9. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

10. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

11. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA JURÍDICA

**12.** Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

**13.** Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos. Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

**14.** Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA JURÍDICA**

15. Insta frisar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, por fim, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

16. Por fim, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

**III - DO RECURSO APRESENTADO PELA OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.**

17. A recorrente (**OCEANPACT**) alega, em síntese, que a recorrida (**ALBRIGGS**) não preencheu os requisitos de habilitação técnica exigidos no edital. De acordo com a recorrente, a recorrida não apresentou nenhum atestado que demonstre o atendimento em evento de resposta de nível 2 com emprego ou envio de equipamentos. A recorrida teria apresentado declaração elaborada pela Equipe Administrativa de Incidentes da *Deepwater Horizon*, que fez referência ao incidente ocorrido no ano de 2010, ocasião em que a recorrida teria prestado apoio aos serviços de atendimento à emergência no incidente em questão, sem comprovar que os profissionais citados no referido atestado permanecem em seu quadro técnico e/ou possuem qualquer tipo de vínculo com a empresa até a presente data e que o atestado apresentado pela recorrida refere-se ao atendimento do referido evento tão somente com a operacionalização de mão de obra.

18. Dessa forma, o atestado apresentado é inservível para atestar a aptidão da recorrida para executar o objeto da contratação, razão pela qual a recorrida deveria ser inabilitada.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

[www.portosdoparana.com.br](http://www.portosdoparana.com.br) / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos\\_parana](#)



## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA JURÍDICA

**19.** A recorrida **(ALBRIGGS)** apresentou suas contrarrazões sustentando, em síntese, que seu atestado demonstra a satisfação de todas as condições exigidas no edital e que não há obrigação de manter em seu quadro funcional os participantes de atendimentos realizados anteriormente pela empresa, mesmo porque o documento se presta a comprovar a expertise da pessoa jurídica e não de profissionais de seu quadro.

**20.** Por fim, destacou com fins meramente informativos que o sr. Dante Pozzi e sr. John Cantlie continuam a integrar o quadro de profissionais da recorrida e requereu o indeferimento do recurso.

**21.** Instada a se manifestar quanto as alegações recursais, a área técnica (DMA) apresentou as seguintes considerações:



## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA JURÍDICA

Nesse âmbito, dentro dos trâmites processuais do certame, a empresa Oceanpact apresentou recurso quanto ao item da habilitação técnica transcrito abaixo:

“16.4.1.2 A empresa deverá apresentar um atestado, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove ter participado ao menos de 1 (um) evento de resposta de atendimento a emergência de vazamento de óleo em mar de nível 2, incluindo envio e operacionalização de mão-de-obra e equipamentos”

As alegações do recurso se dão em torno de que a empresa declarada vencedora do certame, Albriggs, não teria comprovado o envio de equipamentos e, ainda, de que os profissionais listados no atestado não permanecem no quadro técnico da empresa.

Nesse contexto, quanto a questão do quadro técnico, cabe destacar que o atestado técnico solicitado no certame se refere a comprovação de experiência da pessoa jurídica, sendo que não há qualquer exigência no edital de comprovar que a mão-de-obra referenciada em atestado técnico apresentado deva pertencer ao quadro atual da empresa. Ressalta-se ainda, que não foi requerido atestado de habilitação com vinculação a acervo técnico de profissional da empresa no edital de licitação.

Já frente ao argumento da não comprovação da “operacionalização de equipamentos”, as contrarrazões apresentadas pela Albriggs ratificam claramente que o atestado contém informações suficientes para comprovar que a empresa

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE

participou do atendimento à referida emergência, com a operacionalização de mão-de-obra e de equipamentos para o atendimento a emergência da DeepWater Horizon.

Isto posto, resta comprovado o pleno atendimento da habilitação técnica pela empresa Albriggs e assim manifestamos pelo não provimento do recurso da empresa OceanPact.

Dessa forma, retornamos o presente documento a CPLC para conhecimento e providências visando o encaminhamento do certame.

Atenciosamente,

*(em viagem técnica pela APPA)*  
**Andrea Almeida Lopes de Deus**  
Diretoria de Meio Ambiente

*(em período de férias)*  
**Thales Schwanka Trevisan**  
Diretoria de Meio Ambiente

*(assinado eletronicamente)*  
**José Antonio Sbravatti Junior**  
Diretoria de Meio Ambiente

*(assinado eletronicamente)*  
**Felipe Zacharias**  
Diretoria de Meio Ambiente

*(assinado eletronicamente)*  
**Rafael Salles Cabreira**  
Diretoria de Meio Ambiente



## ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

### DIRETORIA JURÍDICA

22. A CPLC, ao analisar o recurso, acolheu a manifestação da área técnica da APPA e concluiu pela ausência de inconformidades nos documentos apresentados pela recorrida, entendendo pelo descabimento das alegações recursais e negando provimento ao recurso interposto, **mantendo ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A** como vencedora, com o valor de **R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais)**.

23. Da análise do recurso e da decisão da CPLC verifica-se que a insurgência é de cunho técnico e de análise que extrapola as competências da DJU.

24. Insta repisar que o atendimento aos requisitos de habilitação é aspecto alheio à seara jurídica e parte-se da premissa de que os empregados competentes para sua apreciação detêm os conhecimentos específicos necessários e analisaram adequada e diligentemente todos os documentos apresentados pela empresa vencedora, bem como verificaram a exatidão das informações questionadas, atuando conforme suas atribuições e competências.

25. Neste sentido, considerando que o departamento competente da APPA (DMA) atestou que a recorrida atendeu aos requisitos de habilitação exigidos em edital e que consta na decisão da CPLC que os documentos apresentados pela **ALBRIGGS** são válidos, a DJU entende pelo acolhimento da decisão da CPLC, com a consequente manutenção da **ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A** como vencedora do certame.

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

DIRETORIA JURÍDICA

**IV - CONCLUSÃO**

**26.** Através da análise promovida pelo relatório acima, verifica-se que até o presente momento o certame licitatório em questão observou todas as normas aplicáveis, especialmente o contido na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APPA.

**27.** Ante o exposto, conclui-se que o protocolo poderá seguir para deliberação da gestão para que, se assim entender, indefira o recurso interposto pela empresa **OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A** e formalize a homologação do resultado do certame com a consequente adjudicação do lote em favor de **ALBRIGGS DEFESA AMBIENTAL S.A**, com o valor de **R\$ 23.500.000,00 (vinte e três milhões e quinhentos mil reais)**.

Paranaguá, 21 de outubro de 2024.

**VITÓRIA MASS SPISILA**  
COORDENADORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
Assinado digitalmente

**MATEUS DO NASCIMENTO EDUVIRGES**  
ANALISTA PORTUÁRIO - ADVOGADO  
Assinado digitalmente

**RODRIGO DI PIERO MENDES**  
PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO  
Assinado digitalmente

**COMUNICAÇÃO INTERNA 7623/2024.**

Documento: **PARECERFASEEXTERNAGERENCIAMENTOCPREMEIOAMBIENTESAP1000000082.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 21/10/2024 11:33.

Assinatura Simples realizada por: **Vitoria Mass Spisila (XXX.221.968-XX)** em 21/10/2024 11:30, **Mateus do Nascimento Eduvirges (XXX.429.269-XX)** em 21/10/2024 11:34.

Inserido ao documento **960.095** por: **Vitoria Mass Spisila** em: 21/10/2024 11:29.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**3367598e41252a7d59e93a87b34e0d81.**